

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

InformANDES

Informativo

Nº 111

Brasília (DF)

Dezembro de 2020



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?



Monumento mínimo - obras de Nêle Azevedo

2020:

**O ANO EM QUE CERTEZAS DERRETERAM
E A HUMANIDADE TOMOU PARA SI A
TAREFA DE TRANSFORMAR O FUTURO**

Que em 2021 as ruas se animem em luta e que todas e todos tenham direito à vida

*O banzo renasce em mim.
Do negror de meus oceanos
a dor submerge revisitada
esfolando-me a pele
que se levanta em sóis
e luas marcantes de um
tempo que está aqui (...)*

(trecho da poesia 'Filhos da rua' de Conceição Evaristo)

Conceição Evaristo é a voz de uma mulher negra que, em seus versos, revisita a dor que marca os corpos negros no 'tempo que está aqui', no Brasil, um país que todos os dias nos lembra as marcas da sua formação social escravocrata, o que não é diferente em outros países do nosso continente. 2020 foi mais um ano em que, por um lado, as vozes de negros e negras foram caladas pela violência estrutural que marca o projeto societário capitalista, mas também foi o ano em que o coro dessas vozes deram o tom de muitas lutas insurgentes das ruas. A garganta apertada de Georg Floyd nos Estados Unidos, o menino Miguel que caiu do nono andar em Recife, o assassinato de João Alberto no Carrefour em Porto Alegre e das primas Emily dos Santos e Rebeca dos Santos no Rio de Janeiro nos convocaram à urgente compreensão de que a luta antirracista é central em uma sociedade de classes.

O ano de 2020 se encerra com mais de 190 mil vidas ceifadas pela pandemia da Covid-19. Essas vidas, que carregavam nomes, histórias e sonhos, não foram somente vítimas da Covid-19, mas do negacionismo, do anticientificismo e de uma política genocida empreendida pelo Governo Bolsonaro-Mourão que, para atender aos interesses do capital, seguiram aprofundando uma agenda ultraneoliberal de ataque aos direitos sociais da classe trabalhadora brasileira, especialmente na educação, na saúde e na assistência social.

Foi o ano em que avançou o projeto de destruição da educação pública, por meio

dos cortes orçamentários, das intervenções em nossas IES (Universidades, Institutos Federais e CEFET), da proposta da Reforma Administrativa, do Future-se e da precarização da educação e das condições de trabalho e de aprendizado por meio do Ensino Remoto Emergencial imposto por muitas instituições sem diálogo com as comunidades acadêmicas.

O avanço do negacionismo e do anticientificismo fez com que, no último fôlego deste ano, tivéssemos que colocar na centralidade da nossa luta o necessário debate sobre a defesa da VACINAÇÃO PARA TODAS E TODOS e do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda, em meio à pandemia, temos a imposição do retorno presencial a partir de 1º de Março pelo MEC, ao passo que não nos apresenta nenhum plano nacional consistente de vacinação para a população. Frente a isso, a Reunião dos Setores do ANDES-SN, realizada no dia 8 de dezembro, encaminhou para nossas bases uma rodada de assembleias de consulta à categoria sobre a possibilidade de construção da greve sanitária, conforme já aprovada no 9º Conad Extraordinário.

Forjados historicamente na organização das nossas lutas nas ruas, o ANDES-SN e demais entidades do movimento sindical, estudantil e movimentos sociais tiveram que avançar na organização de ações políticas por meio das redes digitais, o que nos desafiou durante todo o ano na organização dos espaços de debate e espaços deliberativos nacionais das categorias. Ao mesmo tempo em que fomos capturados pelas telas dos computadores no avanço da precarização do nosso trabalho, também encontramos nesses espaços virtuais outras formas de organizar a resistência por meio de campanhas, debates e plenárias nacionais de organização da classe.

O ANDES-SN finalizou 2020 com uma nova diretoria. Esta reafirmou a necessidade de um dezembro de luta em unidade. Realizamos a Plenária Nacional pela Autonomia e Democracia nas IE - contra as intervenções do governo Bolsonaro-Mourão, o Ato Nacional

contra a Reforma Administrativa e pela permanência do Auxílio Emergencial e a Plenária Nacional em Defesa da Educação Pública, conjuntamente com as entidades da Educação e o movimento estudantil, que reuniu, no dia 16, mais de 700 inscritos com importantes falas de convidados/as que nos ajudaram a animar nossas lutas de 2021.

Importante mencionarmos, também, a realização das eleições municipais em 2020, que expressou a derrota dos candidatos da ultradireita de Bolsonaro, ao mesmo tempo em que fortaleceu os partidos do chamado 'centrão', resultado, no entanto, que nos parece insuficiente para abalar a popularidade do governo genocida. Mas destacamos o avanço das candidaturas feministas, de mulheres negras, de negros, coletivos e pessoas Lgbtqi+ que ocuparão as câmaras municipais no sentido de fortalecer as políticas públicas para os/as trabalhadores/as.

Por fim, lembramos que no ano de 2020 aconteceram importantes movimentos políticos em nosso continente, desde a Marcha Multitudinária das Mulheres no Chile, que em março recolocou os trabalhadores/as nas ruas e na luta pela construção de uma nova constituição, o que resultou em vitória do APRUEBO naquele país. Ao mesmo tempo, o movimento dos/as trabalhadores/as indígenas derrotou a ultradireita golpista na Bolívia, enquanto nos Estados Unidos foi a luta antirracista que colaborou com a derrota de Donald Trump. Também, a voz das mulheres ecoou das ruas da Argentina pela legalização do aborto no último mês. Se, por um lado, o ano de 2020 nos enclausurou em casa, no necessário isolamento social para salvar vidas frente à pandemia, também foi e segue sendo das ruas a resistência à luta de classes.

Que em 2021 nossas ruas se reanimem com luta, que todas e todos tenham direito à vida. Que possamos saber quem mandou matar Marielle Franco e que as vozes negras do nosso continente não reverberem mais sua dor, mas a liberdade de uma sociedade anticapitalista, antipatriarcal, antirracista, antilgbtfóbica e anticapacitista.

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Adelaide DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Néle Azevedo: Arte efêmera, valores perenes

Após séculos erguendo homenagens a escravocratas e genocidas, no último ano o mundo assistiu ao espetáculo de estátuas sendo derrubadas e biografias, revistas. Cristóvão Colombo foi decapitado, George Washington posto abaixo, Thomas Jefferson derrubado de seu pedestal, Leopoldo II eliminado, Edward Colston atado em cordas como fazia com africanos escravizados. Aqui, bandeirantes foram cobertos de sangue e circularam abaixo-assinados pediram a remoção de assassinos de indígenas e algozes do povo negro.

"Para contar a história do senhor de escravos nunca faltaram narradores", escreveu o abolicionista Frederick Douglass, ecoando um ditado africano que diz que, até que o leão aprenda a escrever, todas as histórias glorificarão o caçador. O registro da memória é a celebração da história oficial dos vencedores, eternizada em bronze e pedra no centro do espaço público e colonizando imaginários, assim projetando opressões para o futuro. A destruição do monumento, portanto, se não é capaz de redesenhar o passado, tem o poder de escrever uma nova narrativa a partir do presente.

Nesse contexto, não poderia haver artista mais representativa do que a escolha para a última edição do ano de 2020 desse Informandes. Néle Azevedo subverte o olhar ao instalar esculturas de gelo no espaço urbano, trazendo a vida para quando ela acontece, aqui e agora. Seus Monumentos Mínimos, pequenos homúnculos de gelo, utilizam a arte efêmera para falar de valores perenes onde eles podem existir: nas pessoas, não nos velhos monumentos. Na percepção da realidade, que só acontece quando é capaz de mudar a cada novo acontecimento. Nunca essa verdade foi tão forte quanto no ano da pandemia. Que foi, também, o ano em que a natureza queimou.

A Amazônia incendiada e os povos originários mais uma vez sob risco de serem dizimados foram expressos em um simples objeto: a máscara que Néle realizou e a líder indígena Sônia Guajajara usou no quinto aniversário do Acordo Climático de Paris ilustra o poder da arte para contar o mundo.



Intervenção solo - Brasília/Brasil, 2003

Fogo e gelo, aqui e agora: a arte de Néle Azevedo representa a ideia do *anti-monumento*, ao questionar as representações cânones de alguns homens que carregam na solidez da 'verdade' histórica. Mais do que isso, ao colocar essas pequenas figuras se derretendo em lugares-marcos, também evoca momentos traumáticos da história da humanidade e nos provoca à reflexão sobre as questões ambientais e tantas contradições que atravessam este mundo mercantilizado. Nos lembra que o exato instante é a matéria da vida e que somos agentes da história, podemos e devemos transformá-la.



Máscara idealizada por Néle Azevedo e usada por Sônia Guajajara

Um ano de desafios inéditos e novas ferramentas de luta



Foto: Shutterstock

Desde março, a pandemia da Covid-19 veio somar dificuldades aos diversos ataques que a classe trabalhadora já vinha sofrendo. Frente a desafios crescentes e inéditos, as formas tradicionais de mobilização encontraram um obstáculo intransponível, representado pelo novo coronavírus. A mobilização nas ruas, cada vez mais intensa e importante, foi interrompida com a determinação do Sindicato Nacional e dos principais movimentos sociais do País de colocar a vida acima dos lucros, isto é, priorizar o isolamento social e a preservação da saúde ao invés de permitir aglomerações que iriam facilitar o contágio.

Para dialogar com suas bases e com a comunidade em geral, diversas en-

tidades, entre elas o ANDES-SN e as seções sindicais, passaram a utilizar com maior veemência ferramentas como as redes sociais, plataformas de streaming, reuniões e assembleias remotas via videoconferências, podcasts e outros. Habitualmente usados de forma tímida como comunicação em segundo plano, essas mídias tomaram o protagonismo e, em poucas semanas, passaram a ser manejadas de modo eficaz como instrumento de mobilização da categoria e da sociedade geral. Ainda, essas formas de difusão têm a vantagem de permitir furar a bolha da mídia hegemônica, que vem cada vez mais perdendo espaço.

As narrativas desencontradas entre a grande imprensa e a realidade das

ruas apontaram, durante o ano, para mobilizações efetivas em torno de fatos concretos. Logo no início da quarentena, a pressão popular foi a grande responsável por o governo se ver obrigado a realizar o pagamento de um auxílio emergencial para garantir a sobrevivência das camadas da população mais prejudicadas com as medidas de isolamento e vítima do desemprego recorde vivenciado pelo País. Da mesma forma, a mobilização obrigou o governo a respeitar um valor suficiente para garantir que fossem supridas as necessidades básicas, ao contrário da proposta inicial do ministro Paulo Guedes, com a qual seria impossível assegurar a manutenção de uma família.



SOLIDARIEDADE

em tempos de pandemia



Diversas entidades desenvolveram campanhas de solidariedade para mitigar a ausência do Estado em oferecer condições mínimas de sobrevivência para milhares de pessoas que se encontram sem renda suficiente. Campanhas de arrecadação e doação de alimentos, materiais de higiene e outros auxiliaram, ao longo do ano, a população a atravessar esse período de desemprego recorde e falta de políticas públicas. As seções sindicais do ANDES-SN realizaram importantes ações de distribuição durante a pandemia.

As ferramentas de mobilização digital se mostraram necessárias: os ataques do

governo ao longo do ano foram extremos e diversos. A resistência logrou, ao menos, limitar na medida do possível a abrangência do desmonte das políticas públicas, a perseguição aos povos indígenas e quilombolas, os despejos de populações vulneráveis em plena pandemia e tantos outros agravos exercidos de forma cruel. As queimadas destruíram mais do que nunca, em um momento em que os órgãos de controle, entre eles Ibama e FUNAI, assistiram seu desmantelamento em um cenário inédito de degradação ambiental, com a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado em chamas.

A resistência possível, então, se deu prioritariamente, em um primeiro momento, mediada pela tecnologia. Em maio, uma campanha nas redes que exerceu grande pressão, e conseguiu algum avanço, foi a mobilização pelo adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O movimento encabeçado pelos estudantes, com o apoio de diversas entidades, conseguiu postergar a realização da prova e deu ensejo a uma série de manifestações, tuitos e outros formatos de organização até então considerados secundários. No mesmo mês de maio, o 18M foi uma mobilização grandiosa que protestou contra os cortes e o congelamento de gastos na Saúde e na Educação.

As ruas viram o retorno presencial antes do final da pandemia, entretanto. Após o cruel assassinato de George Floyd nos EUA, as pessoas se viram convocadas a manifestações públicas nos atos antirracistas ao redor do mundo. No Brasil, a sequência de pessoas negras mortas por forças policiais - uma longa lista de nomes, formada majoritariamente por crianças periféricas: Anna Carolina, João Vitor, Luiz Antônio, João Pedro, Douglas, Kauã, Rayanne, Ítalo Augusto, Maria Alice, Léonidas, Agatha, Beto, Rebecca, Emilly - também obrigou as pessoas a enfrentarem o risco do contágio frente a ameaças não menos letais. Contra a exploração neoliberal e o avanço do capital sobre direitos trabalhistas, a greve dos apps, também, transformou as cidades em palco de protestos.

As lutas do setor se deram, sempre que possível, de maneira virtual. Em setem-



FOTOS: SHUTTERSTOCK

bro, o Congresso Mundial de Educação reuniu debatedores em torno do tema "Em Defesa da Educação Pública e contra o Neoliberalismo". O ano se encerra com o 10o. Conad extraordinário, transmitido virtualmente para todo o Brasil, desde a sede do sindicato, em Brasília, marcado pela posse da nova diretoria eleita no início do mês de novembro e que permanecerá à frente da instituição no biênio 2020-2022.

Pandemia evidencia a importância do atendimento público à saúde

A pandemia causada pelo novo coronavírus evidenciou a importância da manutenção dos institutos de pesquisa, conhecimento e, especialmente, do Sistema Único de Saúde (SUS). Inspirado no *National Health Service* Britânico, o maior sistema único de saúde do mundo nasceu em 1988, e atende brasileiras e brasileiros de modo gratuito e universal. Com recursos da União, estados e municípios, sua atuação abrange também a vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental, hospitais universitários, hemocentros, laboratórios, além de fundações e institutos de pesquisa, como a FIOCRUZ.

Uma ilustração da dicotomia entre a importância e a desvalorização da pesquisa no âmbito da Educação pública se deu logo no início da pandemia, no sequenciamento do genoma do agente etiológico da Covid-19, o SARS-CoV-2. Duas brasileiras lideraram a equipe que realizou o feito, no tempo recorde de apenas 48 horas, em parceria com a Universidade de Oxford. Pesquisadoras do Instituto Adolfo Lutz, ambas atuam em uma universidade que ocupa a 14a. posição entre as melhores do mundo: a Universidade de São Paulo (USP). A mesma universidade pública sediou, em 2019, uma grande manifestação contra os cortes no orçamento da educação, que vem prejudicando bolsistas e comprometendo o andamento normal das atividades, como aulas e pesquisas.

O SUS, que já foi motivo de orgulho no Brasil, vê-se sucateado juntamente com as demais instituições públicas - de educação, ciência, tecnologia e outras. Entre outros cortes orçamentários, o sistema de saúde sofre especialmente com o limite no teto dos gastos implementado pela Emenda Constitucional 95 em dezembro de 2016. A revogação da EC 95, que congela os investimentos sociais por 20 anos, é uma das principais pautas de luta do ANDES-SN.

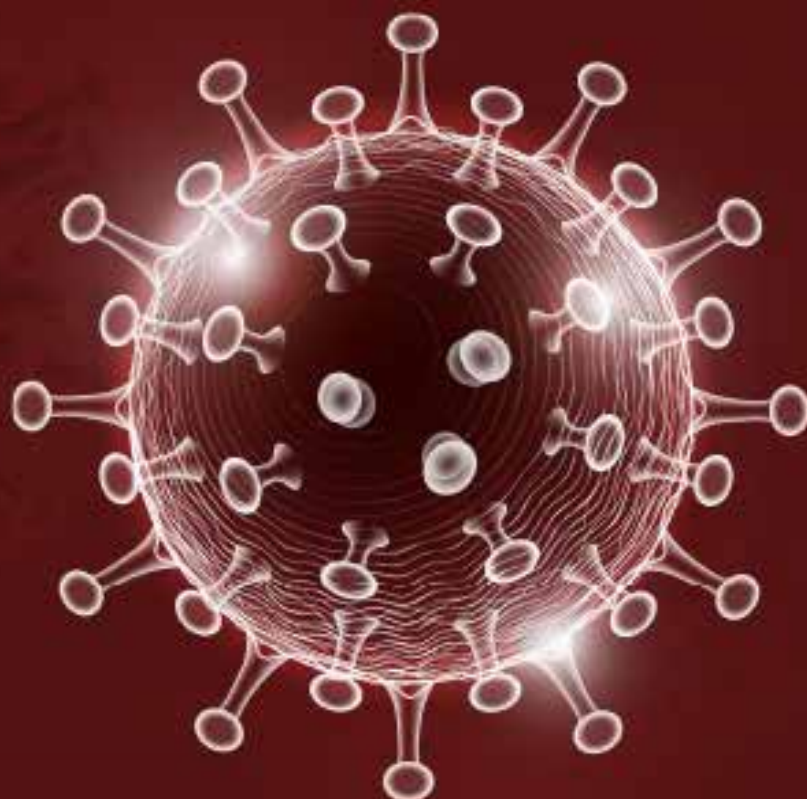
Ainda, em meio à crise sanitária histórica trazida pela pandemia de Covid-19, o

Ministério da Saúde planeja revogar cerca de 100 portarias, criadas entre 1991 e 2014, sobre saúde mental. O "revogaço" coloca em risco programas como a reestruturação anual da assistência psiquiátrica hospitalar no SUS; as equipes de Consultório na Rua, que objetiva que a população em situação de rua possa ter acesso a serviços de saúde pública; a Rede de Atenção Psicossocial, que fornece atendimento a pessoas em sofrimento, transtorno mental ou necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas; a Comissão de Acompanhamento do Programa De Volta para Casa e o Serviço Residencial Terapêutico, que promovem a reabilitação psicossocial de pacientes submetidos a longas internações psiquiátricas.

Em um período tão delicado, houve três trocas de ministros da Saúde. A pasta, agora comandada por um militar da ativa que supostamente seria especialista em logística, enfrenta questionamentos por ter deixado 7 milhões de testes para Covid-19 parados, os quais agora se encontram perto do vencimento. Não bastasse, estão suspensos exames de HIV, AIDS e hepatites virais desde novembro, quando venceu o contrato com a empresa que os realizava. Ainda, com o recesso de final de ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional estarão de portas e ouvidos fechados para reações e questionamentos.



FOTOS: SHUTTERSTOCK



Pandemia não enfraquece a luta dos docentes contra o **desmonte da Educação Federal**

Ataques à autonomia das universidades, institutos federais e Cefet, discursos contra o pensamento crítico e o conhecimento científico, contingenciamento de recursos das instituições de ensino superior (IES) públicas e o incentivo à ampliação do ensino superior privado fizeram parte das ações do governo de Jair Bolsonaro no ano de 2020



FOTO: IMPRESA ANDES-SN

Docentes se encontram no 39º Congresso do ANDES-SN

No 39º Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro deste ano, os participantes deliberaram pela construção da greve da categoria em uma das mais importantes batalhas contra a destruição das universidades, institutos federais e Cefet. Em março, um marco importante para a luta da categoria foi o lançamento do Comando Nacional de Mobilização e Greve do Setor da Educação (ANDES-SN, Fasubra e Sinasefe) que apontou o dia 18 de março como um dia de greve, paralisações e atos de rua em defesa da Saúde e Educação públicas, por empregos, pela soberania nacional e pela revogação da Emenda Constitucional (EC) 95, a do Teto dos Gastos.

Entretanto, a chegada da pandemia da Covid-19 impôs à população em todo o mundo uma série de restrições, entre as quais a aglomeração de pessoas e o contato social. Com isso, a greve precisou ser alterada e o Sindicato Nacional, assim como várias outras entidades sindicais e de movimentos sociais e estudantis, convocou um “barulhão” nas janelas de casas e

apartamentos contra o governo e em defesa dos serviços públicos.

Com a pandemia, a luta prioritária do ANDES-SN foi a de salvar vidas e realizar ações de solidariedade, assim como estimular as suas seções para tal ato. Além disso, a entidade defendeu a suspensão de todas as atividades acadêmicas, incluindo os prazos de qualificação e defesa das teses e dissertações. Quanto ao retorno das atividades presenciais, o Sindicato Nacional se posicionou a favor das instituições discutirem, através de seus conselhos superiores, o calendário acadêmico e a reposição de aulas.

Descolados da realidade vivida no mundo inteiro, Bolsonaro e o seu ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, continuaram seus esforços, iniciados em 2019, de atacar os direitos dos docentes e de estudantes durante o isolamento, redobrando as cobranças de produtividade, perpetrando através de instruções normativas e portarias cortes em auxílios de periculosidade e insalubridade dos salários dos servidores públicos e impondo atividades à distância. Docentes enfrentaram, em

muitas instituições de ensino superior (IES), uma grande pressão para adotar ensino remoto emergencial (ERE) sem um debate amplo com a comunidade acadêmica ou mesmo nos conselhos universitários para construção e deliberação do ERE. Em resposta aos cortes, o Sindicato Nacional encaminhou às seções sindicais a minuta de Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência, que questiona a aplicação, pelas instituições de ensino, da Instrução Normativa 28, que cancela auxílios. Além disso, o ANDES-SN, Fasubra e Sinasefe protocolaram um ofício ao MEC questionando a aplicação da instrução.

De volta para o Future-se

No dia 27 de maio desse ano, o governo federal encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 3076/2020 referente ao Future-se que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades, institutos federais e Cefet de todo o país. É a quarta versão do programa, lançado no ano passado, que possui um teor meritocrático e mercadológico, reforçando o caráter privatista das políticas do governo Bolsonaro. Em junho, após pressão das entidades ligadas à Educação e em meio a uma investigação da polícia federal, e numa possível fuga das responsabilidades com a justiça, Weintraub anunciou em suas redes sociais a sua saída do MEC.

Cortes nas IFE

Em agosto, já com novo ministro, o MEC anunciou um corte de aproximadamente, R\$ 1 bilhão do orçamento de universidades, institutos federais e Cefet em 2021. O corte representaria 18,2% das despesas discricionárias que englobam, por exemplo, as contas de água e luz e serviços de limpeza, entre outros. Diante da notícia, o ANDES-SN e demais

entidades reagiram prontamente à redução do orçamento do MEC na proposta da Ploa de 2021. O governo recuou, mas, mesmo assim, retirou recursos da pasta em mais de 8%.

Intervenções

Paralelamente a tudo isso, o governo Bolsonaro, por meio do MEC, intensificou o ataque à autonomia universitária intervindo na nomeação de cerca de 18 reitores e reitoras nas universidades, institutos federais e Cefet, seja pela indicação de nomes que não estavam em primeiro na lista enviada ao MEC, ou pela indicando outros que sequer participaram do processo de escolha nas instituições federais de ensino (IFE). O ANDES-SN ingressou como amicus curiae na ADI nº 6.565, que trata da escolha de reitores. Além das notas políticas contra as intervenções e em defesa da autonomia universitária, o Sindicato se reuniu, no final de novembro, com os representantes das seções sindicais cujas IFE atingidas. Houve relatos de perseguições a professores, estudantes e técnicos que se posicionam contrários às gestões interventoras, com processos administrativos, denúncias anônimas às ouvidorias e até ao Ministério Público. Foi

deliberado no encontro que se realizasse uma audiência pública no Congresso Nacional, a consolidação de um dossiê para registro histórico e ampla divulgação da realidade vivenciada nas IFE, reunião com ministros do Supremo Tribunal Federal, panfletos em defesa da gestão democrática, uma ampla campanha publicitária de abrangência nacional e a organização de um dia nacional de paralisação em defesa da democracia e autonomia das instituições.

Retorno às aulas presenciais

O último ataque do MEC veio, no início de dezembro, por meio de uma portaria que instituía o retorno das aulas presenciais nas instituições públicas e privadas de ensino superior no dia 4 de janeiro. Após pressão de entidades sindicais, instituições, gestores, comunidade acadêmica e sociedade em geral, o MEC recuou sobre a data. No dia 7 de dezembro, a pasta publicou uma nova portaria, a 1038/2020, que prevê o retorno a partir de 1º de março de 2021. Em resposta, docentes de todo o país participaram de uma agenda de mobilizações que incluiu uma plenária em defesa da democracia e autonomia nas

Instituições Federais de Ensino Superior, no dia 8 de dezembro, com a presença de reitores eleitos não empossados, parlamentares, representantes de entidades sindicais, movimentos sociais, da comunidade acadêmica e sociedade geral. No dia seguinte, diretores do ANDES-SN participaram, junto com representantes de outras entidades, de uma audiência pública no Congresso Nacional para tratar das intervenções do presidente na nomeação de reitores das instituições de ensino federais e sobre a Reforma Administrativa.

Diante da realidade posta, docentes do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes), em reunião conjunta com representantes das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino (Iees/Imes), deliberaram uma rodada de assembleias gerais nas bases até o dia 5 de fevereiro, com o objetivo de organizar uma greve sanitária, aprovada no 9º Conad Extraordinário do ANDES-SN, caso o Ministério da Educação insista no retorno presencial. A greve sanitária é proposta quando há um risco à saúde ou segurança do trabalhador presente no ambiente de trabalho.

**Dados atualizados em 26 de novembro de 2020*

ENSINO REMOTO QUE VAI AMPLIAR DESIGUALDADE?

TÔ FORA!

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS



Diretoria do ANDES-SN presente no ato contra a Reforma Administrativa - 10/12/2020

No âmbito da luta dos servidores públicos federais (SPF), o ANDES-SN construiu com demais entidades do funcionalismo público diversas lutas contra a maior das ameaças aos serviços públicos, atualmente, que é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, da Reforma Administrativa. Propagada por Bolsonaro como o fim dos “privilégios” e a “salvação” para o equilíbrio financeiro das contas públicas no país, a reforma tem apoio de diversos setores da economia, congressistas, assim como o apoio de mídias hegemônicas que têm veiculado matérias tendenciosas contra servidores públicos e em defesa da reforma, com o intuito de ludibriar a sociedade. A PEC promove a desestruturação de serviços públicos, em especial aqueles relacionados aos direitos sociais garantidos constitucionalmente à população e, caso aprovada, poupará militares, juízes, parlamentares e não atingirá, também, as tão comentadas disparidades salariais no serviço público.

Em agosto, a fim de debater teletrabalho, gastos públicos e desmonte do Estado, os servidores realizaram o primeiro seminário online do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), que reuniu mais de 300 representantes de categorias do Executivo, Legislativo e Judiciário. No encontro foram definidas ações de enfrentamento aos ataques aos serviços públicos e aos servidores e em defesa das liberdades democráticas. No dia 30 de setembro, atos virtuais e presenciais marcaram o Dia Nacional de Lutas contra a reforma Administrativa e em defesa dos serviços públicos. Em 10 de dezembro, os servidores organizados pelo Fonasefe, novamente, realizaram atos presenciais e atividades virtuais por todo o país marcando o Dia Nacional de Luta contra a reforma Administrativa.

Outras lutas foram encampadas pelos servidores durante o corrente ano, como a prorrogação do período de isolamento social cumprido pelos trabalhadores do Serviço Público Federal, que contou com o protocolo do ofício no Ministério da Economia (ME), no mês de maio, e uma reunião em julho com membros do ME para cobrar do governo a suspensão do retorno às atividades presenciais. Na ocasião, os SPF também exigiram uma resposta às reivindicações das categorias apresentadas em pauta conjunta protocolada em fevereiro deste ano, entre outros assuntos.

Instituições Estaduais e Municipais de Ensino resistem ao ano da pandemia e dos ataques



FOTO: SHUTTERSTOCK

Em 2020, o Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino (IEESIMES) sofreu profundos ataques em sua política de financiamento, os quais tiveram por objetivo comprometer a autonomia universitária em relação à gestão financeira garantida pela Constituição Federal de 1988. Os princípios delimitados no Art. 206 da CF-88 são os que mantêm as condições básicas para o funcionamento de uma concepção de educação que se configure como livre para ensinar, aprender e pesquisar, divulgando o conhecimento científico com pluralismo de ideias. Para o ANDES-SN, essa educação deve ser gratuita, fundamentada na gestão democrática e com determinado padrão de qualidade em todos os estabelecimentos oficiais de ensino público.

Para isso, é fundamental o financiamento público, como forma de garantia da gratuidade nas instituições públicas. O Setor das IEES-IMES do ANDES-SN iniciou o debate sobre o tema em 1996, defendendo que o financiamento integral seja responsabilidade dos governos, com explícita definição dos aportes de recursos. Contudo, até o momento não existiu nenhuma preocupação com o acesso aos dados relativos a financiamento.

Carreira Docente

A intensificação da luta em defesa da carreira docente, do regime de

dedicação exclusiva (DE), por recomposição orçamentária e garantia de recursos, por melhores condições de trabalho e ainda no combate ao adoecimento da categoria foram as pautas discutidas durante o ano. No 39º Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro deste ano, os participantes deliberaram pelo fortalecimento dos fóruns e espaços de articulação, reafirmaram a luta em defesa da DE como regime prioritário e por democracia interna. Também decidiram por intensificar as campanhas de combate ao assédio sexual e moral, adoecimento docente, e luta pela implementação de comissões e ouvidorias, com representação sindical e estudantil, para apuração de casos.

O salário mínimo definido pelo Dieese foi aprovado como referência de luta pelo piso salarial dos docentes das Iees e Imes em fase inicial de carreira, para o regime de trabalho 20 horas. A luta por carreira docente, com base nos eixos e princípios defendidos pelo ANDES-SN nos estados onde ainda não exista, também foi aprovada.

Luta contra o Ensino Remoto Emergencial

No 9º Conad Extraordinário do ANDES-SN, o Plano de Lutas dos Setores das Instituições Federais (Ifes), Estaduais e Municipais de Ensino (Iees/Imes) foi atualizado. Temas como as contradições e precarização do Ensino Remoto Emergencial

(ERE), condições de trabalho e segurança, os ataques aos docentes e universidades, institutos federais, Cefet e, também, aos serviços e servidores públicos foram alguns dos assuntos debatidos pelos docentes.

Durante o evento online, realizado em setembro, foi aprovado que as seções sindicais continuem lutando pela inadmissibilidade do retorno presencial sem as condições sanitárias seguras; que a implementação do ensino remoto não seja colocada como alternativa ao ensino presencial; e, quando adotado o ERE, que sejam consideradas as desigualdades de acesso, de gênero, de raça, de classe, geracionais e todas aquelas que excluem pessoas, com planos de reparação e recuperação. Na ocasião, os docentes aprovaram também que as seções sindicais elaborem, em conjunto com a categoria, um levantamento sobre as consequências do ERE e um plano com as necessidades que devem ser atendidas para garantir o retorno presencial quando as condições sanitárias forem favoráveis.

Além disso, durante o ano, a Assessoria Jurídica Nacional (AJN) lançou notas técnicas sobre o Ensino Remoto Emergencial para fundamentar as ações das seções sindicais. O debate, dessa forma, perpassou pelo fortalecimento das resoluções sobre o tema, para potencializar as ações do sindicato no combate à implementação do Ensino Remoto Emergencial e denunciar o que já tem ocorrido em diversas instituições de ensino.



“O ANDES-SN se posiciona contrário a qualquer perspectiva de retorno sem as condições sanitárias garantidas, ou seja, sem vacinação”, diz Rivânia Moura, em entrevista

Rivânia Moura - Presidenta do ANDES-SN

Para a última edição do INFORMANDES de 2020, a imprensa do ANDES-SN conversou com Rivânia Moura, presidenta eleita e que assumiu a diretoria do Sindicato Nacional em dezembro deste ano. Confira entrevista

1. Quais são os principais desafios da nova gestão à frente do ANDES-SN para os primeiros meses de 2021?

Estamos em uma conjuntura muito difícil, de inúmeros ataques, conjugado a um governo de extrema direita e de extremo conservadorismo. Se impõe para o movimento sindical uma série de desafios, um deles a construção de unidade. Frente a todos esses ataques do governo ao conjunto da classe trabalhadora, com o desmonte do Estado brasileiro, a perspectiva de transformação com uma abertura cada vez maior para a mercantilização dos serviços, dos direitos que temos garantidos na constituição de 1988, nos impõe a necessidade efetiva e urgente de construção da unidade com todas as categorias de trabalhadores e trabalhadoras, servidores públicos, movimentos sociais, centrais sindicais, por entender que esse ataque se dá em conjunto por ser parte de um plano de Estado, e portanto afeta a vida do conjunto da classe trabalhadora. Isso nos impõe a pensar na nossa forma de enfrentamento.

Mesmo com todas as diferenças dentro dos movimentos sociais, é preciso entender que o momento é de passar por cima das diferenças para poder enfrentar a conjuntura e ter ganhos. Um dos desafios é voltar a acreditar que é possível fazer a luta, que é possível ter vitórias, impor derrotas a esse governo. Para isso temos exemplos na América Latina de lutas que nos trazem, aqui, o retorno desse sonho construído em luta que a classe trabalhadora é capaz de se unir, mobilizar e conquistar vitórias. Dentro da nossa categoria profissional, o desafio é aumentar e tornar mais efetiva a participação do conjunto das professoras e professores, das nossas seções sindicais, de toda a base que compõe o ANDES-SN, que todos possam se sentir representados pelas pautas do Sindicato Nacional, construídas conjuntamente com outros movimentos sociais e sindicais. A conjuntura de trabalho remoto e militância em atividades virtuais impõe o desafio de levar as pautas ao conjunto das e dos docentes, fazendo os debates com a nossa categoria profissional e intensificando as lutas nos diversos aspectos contra o conservadorismo, contra as opressões,

o combate ao racismo estrutural. São desafios gigantes, imensos, mas estamos dispostos a organizar esse enfrentamento e combater todo o ataque que venhamos a sofrer.

2. A autonomia e a democracia nas IFES têm sido dos assuntos mais discutidos das últimas semanas. Além das nomeações de segundo e terceiro colocado de listas tríplexes, o governo tem colocado interventores em algumas Instituições. Diante disso, o Sindicato tem alguma perspectiva de que o governo acabe com a lista tríplex encaminhada ao Ministério da Educação e o processo de decisão passe a ser unicamente das instituições de ensino?

Com relação a essa postura intervencionista que o governo federal tem adotado, atacando frontalmente a democracia e a autonomia de nossas instituições de ensino, o ANDES-SN repudia veemente essa prática, por entender que está associada a uma processo de silenciamento às vozes contrárias a esse governo, aliada à perspectiva de aprovação das propostas que têm sido postas, principalmente para a Educação, no

que diz respeito à retirada de recursos, ao próprio retorno presencial sem condições sanitárias adequadas, ao projeto Future-se de transformar nossas universidades em captadoras de recursos. Tudo isso está aliado a ter interventores que possibilitem ao governo fazer passar as suas pautas. Temos hoje 19 interventores em nossas universidades e institutos que não foram escolhidos pelas próprias comunidades acadêmicas, inclusive pessoas que sequer participaram da consulta às suas comunidades, outras que figuraram em segundo ou terceiro lugar nas escolhas. Na raiz dessa questão está a manutenção da lista tríplice, contra a qual o ANDES-SN tem uma luta histórica em defesa de que as eleições devem iniciar e se encerrar nas próprias instituições de ensino, o que significa de fato respeitar o processo democrático e de autonomia. A lista tríplice abre o precedente da intervenção, que nos faz vivenciar esse conceito intervencionista que assistimos agora.

3. Ainda sobre esse assunto, o Sindicato Nacional já tem realizado atividades contra a nomeação de interventores nas instituições de ensino. O que devemos esperar para 2021? Como se dará a luta por total autonomia das IFES?

Temos feito grandes ações, compusemos a Frente Nacional em Defesa da Autonomia e da Democracia, construímos movimentos com todas as entidades da Educação. Em 2021, podemos esperar do ANDES-SN a continuidade e intensificação dessas lutas, porque entendemos que a nomeação pelo presidente de pessoas que não foram escolhidas pela sua comunidade acadêmica significa um ataque frontal à Educação e à nossa concepção de Educação como espaço de debate, de construção coletiva, de pluralidade, de crítica. Continuaremos na luta contra todas as intervenções, por entender que não se trata de um ataque localizado a quem já está sob intervenção, mas sim ao conjunto da Educação na sua essência. Essa luta só se encerra quando garantirmos de fato a nomeação dos reitores eleitos e,

"Dentro da nossa categoria profissional, o desafio é aumentar e tornar mais efetiva a participação do conjunto das professoras e professores, das nossas seções sindicais, de toda a base que compõe o ANDES-SN"

mais do que isso, a não intervenção do governo federal na nossa autonomia, na democracia. Portanto, essa pauta não se encerra com as atividades que já foram feitas, será intensificada em 2021, com a participação de estudantes, técnicos, conjunto dos servidores públicos, da nossa categoria e a adesão da população, que diz não às intervenções.

4. Outro ponto importante é falarmos sobre a volta às aulas presenciais. Junto das outras entidades da educação, o ANDES-SN começará uma campanha pela vacinação e assim, pela volta segura e gradual do ensino presencial? Como esse diálogo tem sido construído?

O ANDES-SN tem feito uma campanha intensa durante toda a pandemia, em defesa da vida. Importante destacar que as Universidades Públicas, os Institutos e Cefets não pararam suas atividades em 2020. Continuamos os trabalhos de pesquisa, de produção do conhecimento, de extensão, atividades como *lives*, seminários, cursos e aulas remotas. Importante destacar que nossas instituições de

ensino produziram diversos materiais para o combate a pandemia: máscaras, álcool gel, sabão, respiradores, insumos hospitalares, além das ações de solidariedade. Nesse sentido, o ANDES-SN se posiciona contrário a qualquer perspectiva de retorno sem as condições sanitárias garantidas, ou seja, sem vacinação. Temos aí um problema e mais uma demonstração do descaso do governo. Um problema: o MEC pautar o retorno presencial no momento em que temos aumento dos casos de COVID no Brasil; descaso o governo não ter elaborado, durante todo esse tempo de pandemia, um plano nacional de vacinação e não ter providenciado os insumos necessários para vacinação. Defendemos vacinação gratuita e para todos e todas como medida mais urgente de defesa da vida. É inadmissível que o ministério da saúde não tenha organizado o processo de realização da vacinação. Temos um país imenso e sabemos também de toda a complexidade em criar as condições para imunização da população. Isso nos faz, inclusive, pensar que mesmo com a vacina produzida ainda teremos um bom tempo para conseguir uma taxa de imunização segura no Brasil. Por essas questões, defendemos o retorno presencial somente após a vacinação.

As Universidades Públicas, Institutos Federais e Cefets não foram preparadas para um retorno presencial e seguro, não tivemos, durante esse período da pandemia, ações efetivas de reestruturação dos nossos espaços educacionais e isso não é possível pois significa uma mudança estrutural em nossas salas de aulas, nas salas de estudo, nos laboratórios, nas bibliotecas e em todos os espaços coletivos. Deste modo, avaliamos que voltar as atividades presenciais deve ser um passo planejado para garantir as condições de preservação da vida e que isso só será possível após a vacinação. Inclusive, nós já temos deliberado no 9º CONAD Extraordinário, que aconteceu em outubro/20, a construção com as demais categorias do Setor da Educação de uma greve sanitária em defesa da vida.

Lutas por melhores condições de vida e trabalho **ecoam mundo afora**

Em 2020, diversos países pelo mundo foram palco de grandes manifestações populares contra governos que aproveitaram a circunstância da pandemia de Covid-19 para atacar direitos sociais. As revoltas têm refletido a insatisfação popular com o aumento da pobreza e da desigualdade no globo

CHILE



Com um histórico de manifestações nas últimas décadas em defesa da Educação e pela reestatização da Previdência Social, os chilenos saíram às ruas durante o ano para lutar por melhorias nas condições de trabalho e de vida. Em julho deste ano, a população conseguiu pressionar governo e congressistas para aprovar a reforma constitucional que permite a retirada de até 10% do saldo de seus fundos de pensão.

Desde outubro de 2019, o povo chileno tem protestado, mesmo sob forte repressão do Estado, contra o sistema econômico neoliberal que não disponibiliza um sistema de saúde universalizado e uma educação pública, gratuita e de qualidade, assim como uma aposentadoria digna. O Chile tem um dos modelos previdenciários mais excludentes do mundo. Este ano foi realizado um plebiscito que se tornou um marco histórico, cujo resultado

indicou que 78,27% dos chilenos exigem a revogação da atual constituição, considerada uma das heranças da ditadura militar no país, e a elaboração de uma nova Carta Magna.

Na América Latina, o Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras levou multidões às ruas. No Chile, mais de 125 mil mulheres reivindicaram igualdade de gênero e protestaram contra a polícia chilena, que tem cometido violências contra as mulheres nas manifestações.

ARGENTINA



Na Argentina, após intensa mobilização durante 2020, o governo cobrará um imposto extraordinário sobre grandes fortunas como forma de garantir políticas públicas para o combate aos efeitos da pandemia da Covid-19. O Senado aprovou um projeto que tributará, uma única vez, patrimônios acima de 200 milhões de pesos (cerca de 2,4 milhões dólares ou 12,5 milhões de reais). O país está em recessão desde 2018, com altos índices de pobreza e desemprego. O último relatório de pobreza elaborado pela Universidade Católica Argentina constatou que 44,2% dos argentinos, o que equivale a 18 milhões de pessoas, não obtêm o suficiente para viver com dignidade. Por lá, as mulheres seguem mobilizadas em defesa dos seus direitos. O projeto de lei que descriminaliza e legaliza o aborto no País foi aprovado na Câmara dos Deputados e, agora, segue para o Senado.

BOLÍVIA



Na Bolívia, após um violento golpe sofrido no ano passado, a mobilização popular garantiu novas eleições no país. Os bolivianos protestaram durante meses para que a presidenta interina convocasse eleições gerais. Em outubro, o povo foi às urnas e deu o recado às elites econômicas do país ao não eleger o candidato da direita.

EQUADOR



Em maio, a comunidade acadêmica da Universidade Central do Equador, uma das maiores universidades do país, rompeu o isolamento social e foi às ruas da capital do país contra os cortes de cerca de 100 milhões de dólares na Educação que, segundo o governo de Lenín Moreno, seria para enfrentar a crise econômica agravada pelo novo coronavírus. No dia 16 de dezembro, trabalhadores do setor público realizaram uma paralisação por reajuste salarial digno e contra as demissões de trabalhadores da saúde em plena pandemia.

FRANÇA

Do outro lado do Atlântico, milhares de franceses protestam desde o final de novembro, sob forte repressão policial, contra o projeto de lei de segurança que pretende restringir as liberdades de imprensa e de expressão ao punir a divulgação "mal-intencionada" de imagens das forças de segurança. As manifestações denunciam a violência policial, especialmente após dois casos polêmicos no final de novembro: o espancamento brutal de um produtor negro, pelo qual foram acusados três policiais, e a evacuação de um acampamento de migrantes no centro de Paris. Nos últimos anos, os franceses têm saído às ruas contra as políticas neoliberais de Macron, entre elas a reforma da Previdência.



ÍNDIA



Um dos dois países mais populosos do mundo realizou, em 2020, a maior greve de sua história. O protesto começou em junho como uma luta dos camponeses indianos. Os pequenos produtores foram severamente atingidos por mudanças nas leis agrícolas, implementadas em benefício das grandes empresas do agronegócio. Ao ver ameaçada a soberania alimentar da nação, receberam apoio dos trabalhadores urbanos. A longa mobilização foi uma união do conjunto da sociedade contra medidas neoliberais do governo do primeiro-ministro de extrema-direita Narendra Modi.

🎵 Inumeráveis

Composição feita por Chico César a partir de poema de Bráulio Bessa

André Cavalcante era professor
amigo de todos e pai do Pedrinho
O Bruno Campelo seguiu seu caminho
Tornou-se enfermeiro por puro amor
Já Carlos Antônio, era cobrador
Estava ansioso pra se aposentar
A Diva Thereza amava tocar
Seu belo piano de forma eloquente

Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar

Elaine Cristina, grande paratleta
fez três faculdades e ganhou medalhas
Felipe Pedrosa vencida as batalhas
Dirigindo uber em busca da meta
Gastão Dias Junior, pessoa discreta
na pediatria escolheu se doar
Horácia Coutinho e seu dom de cuidar
De cada amigo e de cada parente

Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar

Iramar Carneiro, herói da estrada
foi caminhoneiro, ajudou o Brasil
Joana Maria, bisavô gentil.
E Katia Cilene uma mãe dedicada
Lenita Maria, era muito animada
baiana de escola de samba a sambar
Margarida Veras amava ensinar
era professora bondosa e presente.

Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar

Norberto Eugênio era jogador
piloto, artista, multifuncional

Olinda Menezes amava o natal.
Pasqual Stefano dentista, pintor
Curtia cinema, mais um sonhador
Que na pandemia parou de sonhar
A vó da Camily não vai lhe abraçar
com Quitéria Melo não foi diferente

Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar

Raimundo dos Santos, um homem
guerreiro

O senhor dos rios, dos peixes também
Salvador José, baiano do bem
Bebia cerveja e era roqueiro
Terezinha Maia sorria ligeiro
cuidava das plantas, cuidava do lar

Vanessa dos Santos era luz solar
mulher colorida e irreverente
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar

Nilma Bassetti vó especial
pra netos e filhos fazia banquete
Yvonne Martins fazia um sorvete
Das mangas tiradas do pé no
quintal

Zulmira de Sousa, esposa leal
falava com Deus, vivia a rezar.
O X da questão talvez seja amar
por isso não seja tão indiferente

Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar

